

OBSTÁCULOS ENDÓGENOS À INTEGRAÇÃO AUTÔNOMA E ANTISISTÊMICA DA AMÉRICA DO SUL

JULIANA DOS ANJOS DE SOUZA

RESUMO

Uma integração autônoma e antissistêmica da América do Sul enfrenta um conjunto de obstáculos endógenos e exógenos para se tornar realidade. Entende-se por autônoma a integração que enseja retomar a soberania política e econômica da região para a condução de seus processos internos e por antissistêmica aquela que visa a internalizar o centro de decisão econômico, buscando modificar a forma de inserção da região na divisão internacional do trabalho e a natureza de sua relação com os países centrais. Parte-se da análise do desenvolvimento histórico da América do Sul para identificar os entraves estruturais a este modelo de integração. A principal barreira estrutural endógena e não-econômica à integração é a ausência de coesão social nos países sul-americanos e na região. Compreende-se que a integração produtiva, a promoção de políticas sociais de alteração da estrutura desigual das sociedades e o alargamento da democracia são as vias estratégicas para a superação dos obstáculos apresentados.

Palavras-chave: Integração Autônoma e Antissistêmica. América do Sul. Coesão. Identidade. Estrutura Produtiva.

1 INTRODUÇÃO

A resistência ao processo de globalização capitalista, especialmente na periferia do sistema, e a quebra da dicotomia da bipolaridade que influenciara a atuação internacional dos Estados no período da Guerra Fria, fizeram a integração regional emergir como uma forma de fortalecer a posição de nações dentro do sistema internacional, unindo Estados com objetivos comuns. Nesta nova onda regionalista, a integração deixa de ser limitada geograficamente, estendendo-se através de vários continentes. O século XXI inaugura uma perspectiva de destaque para os blocos, fazendo o regionalismo assumir papel estratégico por aumentar a capacidade de países e regiões em sua inserção internacional, apontando para construção de uma nova ordem internacional.

A institucionalização da integração sul-americana começou na década de 1960 com a ALALC, mas deu passos mais concretos em 1991, com a criação do MERCOSUL. O objeto do MERCOSUL é a integração econômica por meio da constituição de um mercado comum. Outra importante iniciativa de integração sul-americana é a UNASUL. Criada em 2008, em substituição à Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), a organização é formada pelos doze países da região (excetuando Guiana Francesa), e objetiva promover, de forma consensual, a integração a partir da convergência de interesses, da articulação no âmbito cultural, social, econômico e político, da cooperação e do desenvolvimento econômico e social da América do Sul. Ambas as iniciativas enfrentam uma disparidade entre as condições políticas e econômicas para integração, e têm como principais obstáculos as diversas assimetrias entre seus países membros, o baixo grau de institucionalização e déficits de governança nas suas instituições, baixa convergência econômica, inexistência de cadeias produtivas integradas, a falta de uma identidade coletiva sul-americana e a ausência de coesão social nos países líderes do processo de integração da região.

Assume-se no trabalho a existência de dois modelos de integração para a América do Sul: a integração subordinada e a integração autônoma. O primeiro é caracterizado pela perda relativa de soberania política e econômica da região e de seus países para outra potência, exemplificada pela tentativa de imposição da ALCA pelos Estados Unidos. No segundo, a partir da autonomia política das nações, a soberania da região para o manejo de sua política econômica e de seus processos políticos é restaurada, criando um novo polo de poder capaz de se inserir internacionalmente de forma autônoma na estrutura de poder global.

O problema que motiva esse trabalho é a necessidade de identificar e compreender o que obstaculiza endogenamente, em contraposição às barreiras externas, a integração autônoma e

antissistêmica na América do Sul. Nota-se que, ainda que os resultados econômicos do processo de integração não se mostrem igualmente significativos entre os diferentes países da região, a integração sul-americana corresponde a uma tentativa de concertação política subcontinental para aumentar a autonomia e a possibilidade de desenvolvimento conjunto dos países, por meio da endogenização do centro de decisão econômico. Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é identificar os principais obstáculos endógenos de ordem não-econômica à integração na América do Sul. Como objetivo específico, procura-se identificar possíveis soluções para o problema. A hipótese primária do trabalho é que o entrave principal para a integração regional autônoma e antissistêmica é a inexistência de uma coesão social interna que sustente os custos do processo de integração regional nos países que são os principais fiadores da integração sul-americana.

A relevância do tema abordado é justificada pela importância que o regionalismo vem assumindo como mediação entre a globalização capitalista centrada na hegemonia norte-americana e a resistência de Estados que se unem em objetivos comuns. Ademais, a consolidação de um espaço regional integrado na América do Sul é fundamental para o projeto nacional de desenvolvimento do Brasil e da região. A efetivação desse projeto consolidaria a América do Sul como um polo de poder com melhor inserção internacional, contribuindo para constituir uma nova ordem internacional multilateral e para consolidar o Brasil como uma potência regional. Além disso, a integração sul-americana é umas das pautas prioritárias na agenda diplomática brasileira.

Para responder às questões que dão origem ao trabalho e alcançar aos objetivos deste, foi realizada uma revisão bibliográfica das teorias de integração, em especial da teoria do sistema-mundo, e de discussões acerca das principais iniciativas de integração em curso na América do Sul. O trabalho está organizado da seguinte forma. O primeiro capítulo apresenta o marco teórico que orienta o trabalho e a aplicação teórica na análise sobre o Mercosul. O segundo capítulo faz uma breve recuperação do desenvolvimento das estruturas produtivas nos principais países da região, elucidando a origem das assimetrias, e aponta as demais barreiras estruturais e à integração regional, como a ausência de coesão social nos países da região e de uma identidade sul-americana. Por fim, na conclusão é feito um apanhado geral dos entraves à integração na região, identificando e sugerindo algumas alternativas de superação dos mesmos.

2 A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL: ASPECTOS TEÓRICOS E A EXPERIÊNCIA DO MERCOSUL

2.1 Teorias da Integração: Um Resumo

Diversas perspectivas teóricas abordam a temática da integração regional e suas múltiplas facetas (econômicas, políticas, culturais, entre outras). Cada uma apresenta elementos que caracterizam um modelo de integração, ao passo que incluem, ou não, elementos como a criação de interesses comuns entre os países, a cooperação e a importância da compreensão das questões internas dos mesmos. Com base em Wilson Cano (2003), utiliza-se neste trabalho o conceito de integração subordinada para caracterizar o modelo de integração no qual uma região e os países que a compõem perdem relativamente sua soberania para uma potência externa. O conceito de integração autônoma, também baseado em Wilson Cano (2003), serve para definir um modelo de integração que resguarde a soberania política e econômica dos países e da região através de uma condução autônoma dos seus processos políticos e econômicos, buscando construir um novo centro de decisão econômica autocentrado na região.

Como exercício intelectual de fazer uma demonstração do arcabouço teórico sobre integração regional, apresenta-se a seguir uma lista não exaustiva das teorias acerca dessa temática. Na teoria econômica, a integração pode ocorrer nas formas de Área de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica, União Monetária e União Econômica e Monetária (BALASSA, 1964). Na teoria da economia política, realçam-se os interesses de grupos políticos, classes e agrupamentos regionais de comércio. As teorias políticas estudam os efeitos da integração na soberania dos países integrados, segundo a qual, no processo de integração, os Estados decidem transferir parte de sua soberania a uma nova entidade política soberana ou instituição regulatória (PINTO, 2004).

No entanto, entende-se aqui que essas teorias apresentam análises limitadas acerca dos processos de integração por não compreenderem a inserção dos mesmos na história do desenvolvimento dos sistemas capitalistas. Nesse contexto, destaca-se a importância da contribuição da teoria dos sistemas, apresentada por Faria (2004), ao apontar o processo de integração como uma etapa particular na trajetória de desenvolvimento dos sistemas econômicos nele envolvidos, ainda que essa não seja o referencial em que o trabalho se apoia (FARIA, 2004). De acordo com a teoria dos sistemas, a queda de barreiras, a fragilização das fronteiras e a ampliação gradual das dimensões econômicas são uma etapa específica na evolução do sistema capitalista de determinada região, onde os sistemas nacionais se inter-relacionam a tal ponto que dão lugar a sistemas regionais (FARIA, 2004).

Procurando abarcar uma parcela maior da complexidade do processo de integração, este trabalho aplica a teoria do sistema-mundo para analisar a inserção do Mercosul na economia-mundo

capitalista. O trabalho se apoia também na ideia dos teóricos marxistas da dependência de que o desenvolvimento autônomo só pode ser alcançado por meio da superação das relações de dominação dos países centrais sobre os países periféricos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Ao estudar o desenvolvimento desigual característico do capitalismo global e as estruturas de dominação que decorrem desse arranjo, Immanuel Wallerstein parte do conceito de sistema-mundo para definir o sistema internacional capitalista como uma única estrutura integrada, econômica e politicamente, pela conexão global entre os Estados, por meio de relações comerciais e financeiras, ou seja, sob a lógica da acumulação (WALLERSTEIN, 2004, p. 23-24). A teoria do sistema-mundo tem como objeto de análise o sistema mundial, adotando uma abordagem sistêmica que se concentra na análise da organização temporal e espacial do processo de acumulação de capital, que por sua vez determina as características estruturais do sistema internacional.

Dessa forma, essa teoria aponta a dimensão espacial da acumulação de capital como determinante da evolução do sistema internacional. Ademais, é a busca pela maximização da valorização do capital que expande a fronteira geográfica da acumulação, incorporando novas regiões e deslocando o centro de poder econômico mundial ao longo da história (WALLERSTEIN, 2004, p.2, 18-24). Nesse sentido, as mudanças na distribuição de poder no sistema mundial resultam da dinâmica do movimento de capital em nível global, e a ação política dos Estados é condicionada pelas estruturas do mercado mundial e pelas determinações relativas à posição ocupada por cada um na divisão internacional do trabalho (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.124). Segundo a teoria do sistema-mundo, a divisão internacional do trabalho é a forma de inserção internacional específica dos países nas relações centro-semiperiferia-periferia.

Portanto, a formação e expansão do sistema internacional resultam da ampliação dos mercados mundiais e da produção capitalista. Nesse processo histórico, constitui-se uma organização espacial do sistema-mundo, estratificada de acordo com a função desempenhada por cada Estado na produção capitalista global e nas trocas globais, e pela concentração da riqueza nas diferentes esferas da acumulação (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 119-124). Essa estratificação determina, por sua vez, o posicionamento dos Estados na organização espacial do sistema-mundo, podendo os mesmos se situar no centro, na semiperiferia ou na periferia. Conforma-se, assim, uma hierarquia de poder econômico e político que define a natureza das relações interestatais.

Nessa hierarquia de poder, os países do centro concentram as atividades econômicas mais intensivas em capital e tecnologia, além de determinarem os preços internacionais de bens primários. Os países periféricos concentram suas atividades econômicas no setor primário, desenvolvendo

produtos de baixo valor agregado e mais intensivos em mão de obra. A macroeconomia dos países da periferia, na maioria das vezes, é dependente das exportações desses produtos primários para os países do centro (WALLERSTEIN, 2004, p. 28 e 46). A semiperiferia, por sua vez, conjuga elementos do centro e da periferia, ao passo que possui certo nível de industrialização, de bens de consumo não duráveis ou de tecnologia menos sofisticada, mantendo uma dependência de capital e de tecnologia dos países centrais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.125).

As relações interestatais estabelecidas a partir dessa hierarquia política e econômica são a chave para a compreensão do funcionamento da economia mundial capitalista (WALLERSTEIN, 2004, p.46). A concentração das atividades produtivas intensivas em capital e tecnologia nos países centrais, e a especialização das economias periféricas em torno de produtos de baixo valor agregado e intensivas em mão de obra, não define somente o papel relativo de países periféricos e centrais na economia mundial, mas também a própria lógica e a dinâmica que governa o funcionamento da economia desses países. Nesse sentido, Furtado, embora teorizando a partir de outra perspectiva, pode fornecer uma importante síntese dessa situação no que tange à natureza dos processos econômicos na periferia:

Num esforço de simplificação, poderíamos definir o processo de desenvolvimento autônomo, como aquele no qual a ordenação dos fatores primários de impulsão seria a seguinte: progresso tecnológico – acumulação de capital – modificações estruturais decorrentes de alteração no perfil da demanda. No extremo oposto, teríamos o processo de desenvolvimento essencialmente dependente, no qual a sequência é inversa: modificações na composição da demanda – acumulação de capital – progresso tecnológico (FURTADO, 1978, p. 133).

Utilizando-se da conceituação de Furtado quanto ao processo de desenvolvimento autônomo, podemos pensar a integração produtiva autônoma como aquela que permite aos países dependentes reorientar de forma integrada os fatores de impulsão de suas economias, de modo que o progresso tecnológico e a acumulação de capital se tornem fatores endógenos e autônomos, e não sejam mais externos e dependentes da dinâmica das economias centrais. A partir do desenvolvimento autônomo, é possível que se transfira, para o território nacional ou regional, o principal centro de decisões no que diz respeito ao sistema econômico. Tal mudança é fundamental, na medida em que modifica a condição dependente, na qual as principais decisões econômicas são condicionadas pelos centros controladores do comércio e das finanças internacionais (FURTADO, 1962, p. 109-110).

Compreende-se que a América do Sul tem experimentado iniciativas que vêm incorporando elementos que rompem com o modelo livre-cambista e subordinado de integração característico da década de 1990, buscando construir as bases políticas, econômicas e produtivas para mudar a natureza da sua inserção internacional e da relação da região com os países imperialistas centrais (EUA, Europa

Ocidental e Japão). Entende-se que iniciativas como o Mercosul, a Unasul e a CELAC vêm negando a manutenção do papel da América do Sul como exportadores de bens primários ou de manufaturados de baixo conteúdo tecnológico na produção capitalista global, ao passo que vêm planejando e implementando políticas de desenvolvimento social e de cooperação energética, de infraestrutura e de transição tecnológica, buscado criar um desenvolvimento econômico aut centrado na região. É a negação da posição da região na divisão internacional do trabalho que caracteriza estas iniciativas de integração como antissistêmicas, de acordo com o referencial teórico deste trabalho.

2. 2 A experiência do Mercosul: Um Breve Resumo

O contexto internacional em que se iniciou o processo de criação do Mercosul foi marcado por mudanças significativas no sistema internacional, a partir do declínio da ordem bipolar, a ascensão de novas formas de poder¹ e de novos atores internacionais, a derrota ideológica do socialismo e a ascensão do neoliberalismo (GINESTA, 1999). No âmbito econômico-financeiro, o capital financeiro se desenvolve a ponto de se sobrepor ao capital produtivo, consolidando a mundialização dos complexos financeiros e a perda de controle dos Estados sobre a gestão financeira e o fluxo de capitais. Soma-se a isso a queda dos preços internacionais de grande parte das *commodities* e dos produtos manufaturados de baixo valor agregado, e o grande desenvolvimento e valorização dos produtos de alta tecnologia, gerando uma distorção dos termos de troca ainda mais negativa para os países da periferia e da semiperiferia do sistema mundial.

Diante desse contexto, os países sul-americanos, que passavam por uma conjuntura econômica adversa, veem-se estimulados a criar mecanismos sub-regionais de cooperação política e integração econômica. Inicialmente, Brasil e Argentina firmaram diversos acordos que possibilitaram o estreitamento das relações entre os mesmos, o que se constituiu como elemento chave para a integração regional (VIZENTINI, 2007). O contexto regional de criação do Mercosul foi marcado pelo lançamento da Iniciativa para as Américas pelo presidente estadunidense George Bush e, como ressalta Rafael Murgi (2013, p. 64 -65), “pela substituição dos projetos intervencionistas de desenvolvimento centrados na industrialização protecionista por um modelo neoliberal que transfere para o mercado a tarefa de promover o desenvolvimento”.

Quando concebido, o Mercosul apresentava uma estratégia setorial de fortalecimento de algumas cadeias produtivas regionais, unificando esforços nas áreas estratégicas para a construção de

¹ Como o componente científico-econômico-tecnológico.

um desenvolvimento autocentrado, especialmente nas áreas de infraestrutura e pesquisa e desenvolvimento (FARIA, 2004, p. 135). Cumprida esta agenda, internalizar-se-ia o centro de decisão econômico, alterando a dinâmica das economias da região, bem como o padrão das relações das mesmas com as economias centrais. É possível afirmar que o Mercosul foi concebido como uma iniciativa de integração autônoma e antissistêmica, dentro dos marcos do referencial teórico que orienta este trabalho.

No entanto, o cenário político criado na região com a ascensão de governos adeptos das recomendações do Consenso de Washington, especialmente no Brasil e na Argentina, desviou a ênfase do processo de integração para o livre comércio, deixando em segundo plano projetos e protocolos centrais para a estratégia de construção de um novo centro de decisão econômico, como nas áreas de energia nuclear, tecnologia aeroespacial e regulação do mercado financeiro (FARIA, 2004). Da mesma forma, não foram definidas políticas e instituições comunitárias nessas áreas (GINESTA, 1999). Logo, a agenda necessária à concretização da estratégia de construir um desenvolvimento fundado num centro dinâmico endógeno não se efetivou.

A expansão do Mercosul surge como resposta à proposta de formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) pelos Estados Unidos, em 1994, fruto da estratégia da diplomacia brasileira de “expandir as alianças regionais do Mercosul por meio da assinatura de acordos de associação, inicialmente com o Chile e com a Bolívia, firmados em 1996” (MELLO, 2002, *apud* MURGI, 2013, p.39), definindo a integração sul-americana como condição prévia à integração hemisférica (MURGI, 2013, p. 66). Assim, o governo brasileiro tinha como objetivo aprofundar o processo de integração via Mercosul, ao mesmo tempo que visava integrar o resto da América do Sul, como alternativa às políticas dos Estados Unidos para a região. Em virtude disso, desde 1993, o Brasil propõe a criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), visando aproximar o Mercosul da Comunidade Andina (WIESENBRON, 2008, p. 25).

Verifica-se que da década de 1990 até o início dos anos 2000, a integração via Mercosul seguiu por um caminho de inclinação global, caracterizando uma fase livre-cambista do processo de integração regional. Esse caminho garantiu resultados significativos em relação ao crescimento da corrente de comércio e do movimento de capitais dentro da região, consolidando empreendimentos e cadeias produtivas transfronteiras por meio do comércio intra-industrial. No entanto, esse modelo de integração tenderia a retomar um estágio de enclaves produtivos na região que mantêm poucos vínculos internos, relacionando-se prioritariamente com as economias do centro do sistema mundial (FARIA, 2004). Esse modelo, portanto, não é capaz de formar um sistema econômico regional unificado e de

construir um novo centro de decisão econômico que possibilite uma alteração na natureza da inserção internacional da região, pois mantém o papel tradicional designado à América do Sul na tradicional divisão internacional do trabalho, constituindo uma integração sistêmica. Tudo o mais constante, esse modelo também caracterizou uma integração de autonomia limitada em relação aos Estados Unidos e subordinada ao paradigma da globalização financeira.

Tendo em vista as dificuldades no âmbito econômico, a resposta às dificuldades enfrentadas pelo Mercosul veio no sentido de aumentar a atuação do bloco na esfera de integração da infraestrutura da região, criando, em 2000, a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA; aumentar o escopo do mesmo; e ampliar a integração para toda a América do Sul, com a decisão da Cúpula de Brasília de iniciar tratativas para o estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina. Inicialmente, não houve alterações concretas significativas. Porém, a ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda em diversos países da América do Sul, especialmente nos países que compunham o Mercosul, possibilitou uma mudança de paradigma de integração regional sul-americana, engendrando uma transição do regionalismo livre-cambista para um modelo de integração física e produtiva (VIZENTINI, 2007). A partir de então, foram pensados mecanismos com um perfil mais social e político para o Mercosul. Em 2006, foi criado o Parlamento do Mercosul, e, em 2004, o Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM). Tais iniciativas objetivam ampliar a coesão intrarregional, reduzindo as assimetrias entre os membros do bloco ao longo dos anos (OLIVEIRA; SALGADO, 2011, p. 8).

Diante da nova conjuntura política e desta mudança de paradigma, o processo de integração é relançado e se verificam avanços na integração da infraestrutura física da região, o início de uma campanha por apoio dos países andinos à associação da Comunidade Andina de Nações ao Mercosul, o anúncio da associação do Peru ao bloco e, em 2006, o ingresso da Venezuela como sócio pleno do Mercosul (VIZENTINI, 2007, p. 92). Essa expansão tem caminhado no sentido de aprofundar, no Mercosul, seu o papel de concertação política, sua esfera social e a retomada do crescimento econômico, aumentando a centralidade das iniciativas de integração produtiva que possibilitam uma mudança no grau tecnológico da produção da região.

Consolidam-se, assim, passos fundamentais para “a possibilidade de uma ação estratégica no plano global que reverta a marginalização crescente que a região está sofrendo” (VIZENTINI, 2008, p. 109) e, especialmente caso a integração produtiva se concretize, para que seja internalizado o centro de decisão econômico. No entanto, é importante mencionar que ainda não foram assegurados mecanismos e políticas comunitárias suficientemente atuantes na esfera da integração produtiva. Ainda assim,

compreende-se que a mudança de paradigma está sendo acompanhada pela transição de um modelo sistêmico e subordinado de integração, vigente na fase livre cambista, para um modelo autônomo e antissistêmico, que deve ser construindo a partir da consolidação desses passos, visando à alteração do padrão de relação da região com os países centrais, e de sua inserção periférica na produção global.

3 ENTRAVES ENDÓGENOS À INTEGRAÇÃO

O processo de integração da América do Sul é marcado por uma série de ambivalências e às vezes até oposições que desafiam a constituição de um espaço sul-americano integrado de forma autônoma e antissistêmica. Conforme se sugeriu acima, acredita-se que os obstáculos ao avanço desse modelo de integração na região se assentam não apenas em elementos conjunturais, mas também em fatores estruturais endógenos que determinam as dificuldades conjunturais. Nesse sentido, o presente capítulo apresenta os três fatores estruturais endógenos que se acredita que exercem maior impacto sobre os elementos que são apontados pelos estudos como os principais obstáculos a serem enfrentados pelo Mercosul para consolidar seu projeto integrativo.

O primeiro fator é a questão de não ter uma identidade coletiva sul-americana totalmente formada; o segundo diz respeito à inexistência de coesão social nos países líderes do projeto de integração, tão pouco no conjunto da região; e o terceiro é o desenvolvimento da estrutura produtiva dos países do subcontinente. Acredita-se que para concretização de uma integração sul-americana capaz de alterar a natureza das relações da região com os países centrais e estabelecer a mesma como um dos polos de um sistema mundial mais multilateral, é preciso que se identifique essas questões para atuar sobre as mesmas em um sentido de modificá-las, visando superar os limites colocados por elas.

3.1 O conceito de identidade coletiva, o papel da consciência de si e sobre si na região e a questão da identidade sul-americana

Inicialmente, é importante ressaltar que as questões das identidades (coletivas ou nacionais) exercem fortes influências sobre processos políticos, tanto nacionais quanto internacionais. Para fins da análise feita no presente trabalho a respeito dos entraves à integração, o conceito de identidade aplicado à América do Sul tem papel de elucidar a relação identidade-comportamento e corresponde tanto às noções de autoimagens nacionais como a identidades culturais das sociedades. Entendendo que os avanços da integração dependem de um determinado comportamento (expresso em sua política

externa) dos Estados, a constituição de uma identidade regional se faz necessária para que as políticas dos países atuem de forma coordenada na região e para que as relações das sociedades em níveis agregado caminhem num sentido de estabelecer um espaço regional integrado.

Registra-se que toda identidade coletiva é uma construção cultural. No entanto, a ideia de “cultural” aqui não se restringe a questões referentes à língua, religião, particularidades étnicas e mitos históricos. Essas apenas constituem a chamada “*identidade cultural*” (GUERRA, 2003, 185-186). Outro elemento que faz parte dessa construção é o imaginário político, entendido como a maneira de conceber os vínculos entre os membros de um grupo, seus valores, a extensão e eventual territorialidade do mesmo. Esses elementos que constituem o imaginário político são chamados de “*identidade política*” (GUERRA, 2003, 186). Assim, identidade coletiva é uma construção fruto da interação entre identidade cultural e identidade política.

A formação de uma identidade cultural da América do Sul parte de uma grande heterogeneidade de sua população que tem origens indígena, africana e europeia, e teve uma considerável permanência do elemento constitutivo da identidade hispânica. Dessa forma, a elaboração das identidades culturais locais em cada parte da região não foi uniforme, nem progrediu da mesma forma (GUERRA, 2003, p. 199). Assim, a América do Sul é formada por uma diversidade cultural que, no entanto, após três séculos de vida comum, passaram a compartilhar majoritariamente de uma identidade política semelhante (GUERRA, 2003, p.187). Verifica-se, portanto, uma multiculturalidade da região, ou seja, uma diversidade de identidades. Em seu desenvolvimento, esta multiculturalidade exerce influência sobre as sociedades e os Estados sul-americanos e notadamente a diversidade cultural também é uma realidade que se transpõe para o âmbito interno de cada nação e atua não como elemento desagregador, mas sim como motivação do processo de afirmação da identidade nacional (MOISÉS, 2012, p. 14-17).

Em “Formação Econômica da América Latina” (1970), Furtado desenvolve a ideia do processo de formação da consciência latino-americana. Este processo surge com a emergência de problemas oriundos da desorganização do comércio internacional, a partir de 1929, por meio da criação de um comércio de manufaturados dentro da região. Quando a industrialização por substituição de importações começou a apresentar seus limites, na segunda metade da década de 1950, iniciou-se uma discussão sobre os obstáculos ao desenvolvimento regional, criados pela estreiteza dos mercados nacionais, desenvolvendo uma consciência sobre as semelhanças entre os Estados da região e formando uma consciência latino-americana. No entanto, foi a situação de dominação econômica do conjunto da região pelos Estados Unidos, a partir da Segunda Guerra Mundial, com a entrada de capital norte-americano no setor manufatureiro e a institucionalização desta dominação em um conjunto de

órgãos pan-americanos, que consolidou a compreensão das nações da região de que somente um estreitamento dos vínculos latino-americanos modificaria de forma significativa a natureza das relações com os Estados Unidos e demais países centrais (FURTADO, 1970).

Entende-se que a tomada de consciência da região sobre si contribui para o processo de formação de uma identidade latino-americana e que o mesmo se aplica ao escopo do presente trabalho, pois se baseia essencialmente no papel que a forma de inserção dos países da região na divisão internacional do trabalho desempenha ao determinar o olhar deles sobre si e condicionar a natureza das relações interestatais na região. Posteriormente, de 1980 a 1990, com o processo de redemocratização das sociedades que haviam passado por períodos de ditadura civil-militar, ocorre nas mesmas uma redefinição da autoimagem sul-americana. A partir de então, a região “reviu sua posição como subdesenvolvida, subordinada e subalterna em relação às potências internacionais e permitindo, assim, aos seus intelectuais e a outros agentes sociais assumirem uma fala mais ativa e independente” (VELOZO, 2013).

Diante dessa realidade de multiculturalidade, entende-se que o aspecto cultural deve ser considerado no processo de aprofundamento da integração autônoma e antissistêmica, tendo em vista que, como ressalta Huntington (1993, apud. MOISÉS, 2012), “a cultura tem capacidade e poder de unificar grupos, comunidades e sociedades globais em função de sua força de coesão”. Compreende-se, portanto, que uma possível identidade sul-americana só pode ser pensada no âmbito de um projeto que assegure a integração cultural, reconhecendo sua pluralidade.

Segundo Veloso (2013, p.5), é comprovado historicamente que a sustentação de valores culturais compartilhados é fundamental para o estabelecimento e a manutenção de um acordo coletivo consistente no subcontinente sul-americano. Assim, compreendendo que uma integração autônoma e antissistêmica da América do Sul pressupõe o estabelecimento de um acordo coletivo, parece se estabelecer um ciclo onde a construção de uma identidade cultural se constitui como premissa para esse processo integrativo. Ademais, a identidade cultural também atua na afirmação da coesão de um grupo (GUERRA, 2003, p. 198).

Entende-se, por fim, que a tomada de consciência da região de si para si foi um primeiro passo para a construção de um processo de constituição de uma identidade coletiva sul-americana. Assim, para que avance o processo de integração autônoma e antissistêmica da América do Sul é preciso que tanto os tomadores de decisão dos países da região quanto suas sociedades tenham em mente uma imagem sul-americana.

3.2 Coesão Social na América do Sul

Não há, na literatura, uma definição única de coesão social. No entanto, os principais eixos que a constituem aparecem nas diferentes definições, sendo a inclusão ou igualdade, o pertencimento e a ética social (CEPAL, 2007, p. 23-25). No que se refere à inclusão e ao pertencimento, a coesão diz respeito “tanto à eficácia dos mecanismos instituídos de inclusão social como aos comportamentos e apreciações de parte dos sujeitos que conformam a sociedade” (CEPAL, 2007, p. 24). Nota-se que se assenta aí uma primeira dificuldade para a construção da coesão social nos países sul-americanos, cuja estrutura social é altamente marcada por desigualdades sociais e poucos mecanismos de inclusão social. Ressalta-se que a agenda política da justiça social é bastante recente nos países da região, tendo iniciado apenas no último quarto do século XX.

O sentimento de pertencimento advém, em certo grau, de políticas sociais, na medida em que é por meio da promoção da igualdade de direitos sociais que o conjunto da sociedade pode ser parte ativa dela e se reconhecer enquanto tal. Contudo, o pertencimento também é construído pela aceitação da diversidade. Segundo o autor, não pode haver um “nós” internalizado pela sociedade se esta tornar invisíveis identidades coletivas e reproduzir institucionalmente ou cotidianamente a discriminação de grupos por qualquer tipo de diferença (CEPAL, 2007, p. 28). Tendo em vista que as sociedades sul-americanas também foram construídas sobre estruturas de diferenciação, exploração e exclusão raciais, herdadas da colonização por exploração e do período escravagista, esse eixo da construção da coesão social também é altamente prejudicado nessas sociedades.

Um fator que não é mencionado na literatura sobre o tema, mas que pode ser compreendido como importante para a construção da coesão social, é a democracia no seu sentido pleno. Isto porque é só a partir da participação dos membros de todas as classes e categoriais sociais nos processos decisórios, bem como na construção dos projetos nacionais, que se verificará o efetivo sentimento de pertencimento do conjunto da sociedade à mesma (GENRO, 2012). Até fins do século XX, os países sul-americanos foram marcados por democracias limitadas a algumas classes e categorias sociais apenas ou pela ausência completa de democracia. Compreende-se, a partir disso, que esse fator constitui um elemento inviabilizador estrutural da consolidação de uma coesão tanto interna, nos países, como regional, capaz constituir uma sociedade “conscientemente orientada” (TRINDADE, 1991, p. 9-10).

No âmbito da ética social, destacam-se “a comunidade de valores, o consenso em torno de mínimos normativos e mínimos sociais, a solidariedade como valor ético e valor prático, e um princípio assumido de reciprocidade no tratamento” (CEPAL, 2007, p. 25). Nesse sentido:

A coesão social exorta, pois, o fortalecimento da disposição dos atores de ceder benefícios com vistas a diminuir a exclusão e a vulnerabilidade de grupos em piores condições. Trata-se não só de um valor ético, mas também de um valor prático, na medida em que as pessoas consideram que seu benefício é maior quando aderem mais ao “nós” e que o benefício revertido para a comunidade beneficia as pessoas porque lhes dá a garantia de maior segurança e proteção no futuro (Hirschman, 1977, apud. CEPAL, 2007, p. 28).

De acordo com a hipótese deste trabalho, este é um elemento central da coesão social para a sustentação do projeto de integração autônoma e antissistêmica da região. A integração sob esse modelo se constitui em um projeto de longo prazo que requer um contrato social que lhe dê força e sustentação. Para tanto é preciso o apoio de uma vasta gama de atores dispostos a negociar e alcançar amplos acordos e pra isso os atores sociais devem se sentir parte do todo e dispostos a ceder em seus interesses particulares e imediatos em benefício do conjunto. Entretanto, o caráter ambíguo das elites sul-americanas compromete a constituição da ética social e, conseqüentemente, a construção da coesão necessária à consecução deste projeto integração regional.

Na medida em que os grupos e classes que tipicamente dominam os pactos sociais estabelecidos (as elites políticas) têm sua origem e sua base de sustentação nas relações estruturais mantidas com as economias centrais - nos moldes da divisão internacional do trabalho, e depois, com a industrialização, nos moldes de um mercado interno dominado por empresas estrangeiras -, a tendência geral a esse sistema é a de rejeição de políticas que tenham como resultado o descolamento em relação os países centrais (CARDOSO; FALETTTO, 1977, p. 30). Sobre as elites da América do Sul, Bresser-Pereira (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 12) ainda destaca:

o caráter intrinsecamente ambíguo e contraditório das elites latino-americanas, que são dependentes dos Estados Unidos, mas têm interesses reais relacionados com suas respectivas nações. Em certos momentos, como aconteceu entre os anos 1930 e os anos 1950, os interesses nacionais prevalecem, inclusive porque o centro estava em crise; em outros, como aconteceu nos anos 1980 e 1990, a dependência torna-se dominante.

Nessa perspectiva, um fator que adquire relevância para a construção de coesão social nos países sul-americanos para a sustentação de um projeto regional que interesse ao desenvolvimento nacional do conjunto dos países da região é o nacionalismo. Entende-se aqui por nacionalismo a ideologia da formação e sustentação do Estado-nação a partir das ideias de interesse nacional como meios para alcançar o desenvolvimento. Contudo, nesse aspecto se retorna ao papel das elites nacionais

da região – econômicas e intelectuais – que, como se viu, são em grande parte dependentes dos países centrais. Estas foram nacionalistas em diversos níveis e com diferentes graus de êxito apenas entre as décadas de 1930 e 1960. Dessa forma, não existe um consenso em torno do nacionalismo no conjunto dos países da América do Sul (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 10).

Além das elites econômicas e intelectuais, outra categoria que influencia destacadamente a coesão social de um país ou conjunto de países em torno de um projeto é a burocracia. Isto porque esta ao mesmo tempo em que é um grupo de interesse como qualquer outro que pressiona o Estado, também constitui ou integra o aparelho do Estado e possui um caráter político em suas atividades (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 13-19). Acredita-se que as burocracias públicas dos países sul-americanos não se desenvolveram pensando sua atuação em âmbito regional, mas tipicamente nacional. Tal fator impactará nas dificuldades para constituição de uma governança das instituições comunitárias do Mercosul.

Entende-se, que não existe uma coesão interna nos países sul-americanos, tão pouco entre os mesmos, que fortaleça seus Estados e a região em si para modificar sua inserção no sistema interestatal, especialmente devido à natureza de suas elites. Compreende-se que a coesão social nos países líderes do processo de integração, especialmente o Brasil, bem como uma coesão política entre os países da região, fortaleceria a América do Sul e modificaria a natureza da inserção do subcontinente no sistema interestatal. Além disso, fortalece a região frente a ameaças externas, como o aumento do uso a força nas relações internacionais, sobretudo pelas grandes potências em guerras assimétricas (CORNETET, 2011, p. 16).

3.3 Desenvolvimento das estruturas produtivas na América do Sul

O formato da conquista espanhola, por encomienda, e as instituições implantadas por portugueses e espanhóis para criar uma base econômica que consolidasse suas conquistas sobre as novas terras desenvolveram vínculos na estrutura social dos países da América do Sul que foram essenciais para construção de uma cultura de sobreposição dos interesses privados e individuais sobre o desenvolvimento social regional (FURTADO, 1970). As estruturas agrárias são também um elemento fundamental da organização social da América do Sul, tendo prevalecido no conjunto da região, desde a época colonial, o binômio latifúndio-minifúndio. A relação entre estes, historicamente, deu-se pelo controle por parte de um reduzido número de latifúndios de cerca da metade das terras incorporadas à

agricultura, enquanto uma grande quantidade de minifúndios se mantém disponível para trabalho ocasional nos latifúndios (FURTADO, 1970).

A inserção dos países sul-americanos na expansão do comércio internacional ocorreu a partir de 1840, já sob uma condição de produtores de matérias-primas, antes mesmo da constituição da divisão internacional do trabalho². Nesse processo, constituíram-se três grupos de países a partir da natureza dos produtos exportados e em cada um deles o comércio exterior ajudou a conformar uma estrutura econômica. Esses grupos são:

- a) Exportadores de produtos agrícolas de clima temperado. Essencialmente constituído pela Argentina e o Uruguai;
- b) Exportadores de produtos agrícolas de clima tropical. Corresponde ao Brasil, Colômbia, Equador e parte da Venezuela;
- c) Exportadores de produtos minerais. Formado pelo Chile, Peru e Bolívia, tendo a Venezuela se integrado ao grupo como exportadora de petróleo a partir da década de 1920 (FURTADO, 1970, p. 61-64);

Sobre o primeiro grupo, Furtado (1970) destaca que a produção agrícola exportável desses países se baseou no uso extensivo da terra, teve como fim concorrer com a própria produção interna dos países centrais em industrialização, e logrou, desde o início, índices de alta rentabilidade. Já a inserção do segundo grupo no comércio internacional ocorreu em concorrência com áreas coloniais e com a região sul dos Estados Unidos. Sobre os produtos exportáveis deste grupo, Furtado (1970, p. 63) destaca que, ainda que tenham permitido abrir importantes áreas de povoamento, tiveram significado reduzido como fator de desenvolvimento.

Sobre o terceiro grupo de países, Furtado (1970, p. 64) destaca que foi a revolução nos meios de transportes ocorrida na segunda metade do século XVIII, ao criar um mercado em expansão de metais industriais, que transformou radicalmente a mineração sul-americana. A produção artesanal e semi-artesanal foi gradualmente substituída pela produção em grandes unidades controladas por capitais estrangeiros, marginalizando o papel dos produtores locais. Assim, o avanço da indústria mineira de exportação ocorreu a partir da desnacionalização da mesma e implantou uma espécie de sistema econômico à parte, que se comportava como parte do sistema econômico a que pertencia a matriz da unidade produtora. Assim, quase não houve transformação direta das estruturas internas, tão pouco

² A divisão internacional do trabalho é estabelecida formalmente a partir da Revolução Industrial inglesa, que modifica a dimensão espacial da produção capitalista e da acumulação de capital.

contribuiu para a criação de mercado interno, não tendo gerado diretamente, portanto, desenvolvimento (FURTADO, 1970, p. 64-65).

Além disso, a inserção dos países sul-americanos na divisão internacional do trabalho, como exportadores das mesmas matérias primas e importadores de manufaturados de fora da região, constituiu suas economias como concorrentes, fragilizou a formação de vínculos entres as mesmas e contribuiu para consolidar a fragmentação regional e dificultar o desenvolvimento de uma cooperação entre os países sul-americanos. (FURTADO, 1970, p. 20 e 62-64). A inexistência de complementaridade econômica entre os países da América do Sul é um fator significativo para manutenção da inserção periférica da região no sistema mundial, pois ao invés de criar uma interdependência positiva entre os mesmos, fortalece as relações dependentes que estes mantêm com as economias centrais. Dificulta, assim, a integração regional.

De modo geral, as economias sul-americanas apresentam a característica comum de terem se constituído historicamente como economias agroexportadoras, na medida em que grande parte da produção se concentrava em poucos produtos agrícolas ou pecuários destinados ao mercado externo. No Brasil, por exemplo, a dinâmica econômica era dada pelo setor cafeeiro. Já na Argentina, predominava a produção pecuária e de cereais, principalmente trigo e milho, oriundos da região do Pampa Úmido. Dada essas condições, ambos os países guardam na dinâmica de seu desenvolvimento econômico a importância das exportações desses produtos para o financiamento das importações de bens manufaturados.

O processo de industrialização também é um elemento importante a ser considerado. Tendo em vista que parte dos países sul-americanos tiveram sua industrialização induzida pela expansão das exportações, apresentando características bastante particulares, outros iniciaram seu processo de industrialização apenas a partir da substituição de importações, e alguns ainda acabaram não se industrializando com nenhum destes processos, algumas assimetrias entre os países da região foram intensificadas ou iniciadas a partir deste elemento (FURTADO, 1970). Como as experiências sul-americanas foram variadas e é impossível discutir aqui em detalhes cada uma delas, é apresentada a seguir a dinâmica em que se deu o processo de industrialização em alguns dos principais países da região, com a finalidade de expor suas principais características, suas semelhanças, diferenças e limites para ilustrar a dificuldade estrutural de integração.

Com a crise de 1929 e o impacto que esta gerou no modelo econômico agroexportador, iniciou na Argentina e no Brasil um processo de industrialização baseado na substituição de importações. Na Argentina, podem-se identificar cinco fases distintas no processo de formação industrial:

- a) surgimento de indústrias complementares ao setor agroexportador;
- b) a chamada substituição de importações espontânea, que vai de 1930 a 1945;
- c) a intensificação da substituição de importações, de 1945 a 1960;
- d) um intenso surto de crescimento industrial, entre 1963 e 1970;
- e) a política de abertura comercial, a partir de 1976, e o consequente esgotamento do modelo de substituições de importações.

Em relação ao Brasil, podem-se distinguir os seguintes momentos característicos:

- a) uma primeira fase de industrialização em torno de setores complementares às exportações, assim como na Argentina;
- b) o processo de substituições de importações, fundamentalmente de bens de consumo não duráveis;
- c) o crescimento industrial e a consolidação da indústria leve de consumo;
- d) o projeto industrial planejado e orientado pelo Estado, por meio do Plano de Metas;
- e) o “milagre econômico”, o II PND, e o período de crise da dívida externa, dando fim ao modelo de substituições de importações (MATTEI; JÚNIOR, 2009, p. 94).

Destacam-se, em ambos os países, durante o período agroexportador, os impactos da divisão internacional do trabalho, liderada pela Grã-Bretanha, na dependência criada em relação às demandas externas por seus produtos e às ofertas externas de produtos manufaturados. Fatores esses que reprimiram muitas vezes o crescimento industrial dos países, além de reforçarem a fragilidades da região (que é parte da periferia do sistema mundial) no sistema interestatal. A transição de modelos, do agroexportador para o de substituições de importações, fez-se a partir de mecanismos diferenciados em cada país. Enquanto no Brasil adotou-se a política de compra e queima dos estoques de café, a Argentina realizou um tratado com a Grã-Bretanha para garantir sua demanda externa, e baseou-se em investimentos diretos dos Estados Unidos em seu setor industrial (MATTEI; JÚNIOR, 2009).

Na Colômbia, assim como na Argentina e no Brasil, é possível observar a importância da economia agroexportadora para o processo de industrialização baseado na substituição de importações, particularmente a partir da acumulação de capital, em parte investido na indústria, na formação de um mercado interno, e na consolidação de uma atividade com finalidades propriamente capitalistas. No caso colombiano se observa a interessante combinação desses fatores com a atitude, por parte dos

chamados capitalistas comerciais, de diversificação dos investimentos, em particular na indústria, como uma resposta à crise de 1929 (PALACIOS, 2002, p. 87-88).

Da mesma forma, o Estado, a partir de sua política econômica, foi atuante no sentido de criar condições favoráveis para a manutenção do processo de industrialização. Entretanto, como o Estado não tinha capacidade por si só de gerar investimentos produtivos suficientes para impulsionar o desenvolvimento capitalista do país, não surgindo assim uma classe propriamente burguesa. Cria-se um fenômeno conhecido como “capitalismo familiar”, em que aqueles que ocupam o papel de empresários capitalistas resguardam sua origem e identidade de investidores comerciais, e buscam manter suas condições sociais associadas a interesses familiares (PALACIOS, 2002, p. 89-90).

O Chile, já ao início da Primeira Guerra Mundial, possuía uma produção manufatureira relativamente avançada para os padrões latino-americanos. Fato que permitiu ao país adotar o modelo de desenvolvimento baseado no mercado interno e no crescimento local quando o setor exportador entrou em crise depois 1918. A partir daí se estabeleceu uma transição para a substituição de importações, com crescente grau de diversificação e autonomia produtiva local. No entanto, o tamanho reduzido do mercado interno impôs limites à diversificação produtiva e produziu ineficiências inerentes à falta de especialização produtiva (PALMA, 1984, p. 84).

As disparidades de abrangência do processo de industrialização e de desenvolvimento da estrutura produtiva dos países sul-americanos será um fator determinante das assimetrias econômicas entre os mesmos. Além disso, a integração dos processos produtivos das economias sul-americanas com o capital estrangeiro, a partir de meados dos anos 1950, intensificou as contradições sociais na região e a concorrência entre as economias locais (DUARTE e GRACIOLLI, 2009, p. 6). Estes fatores somados constituem a base sobre a qual se assenta o conjunto de desigualdades econômicas e sociais entre os países membros do MERCOSUL, que dificultam o avanço do processo de integração autônoma e antissistêmica da região. Acredita-se que a superação de tais assimetrias só seja possível a partir de um esforço conjunto de construção de um espaço integrado capaz de internalizar na região, de forma integrada, o centro de decisão econômico (CANO, 1997).

Um dos principais fatores de disparidade entre as economias da América do Sul é a diversificação da estrutura produtiva dos países. Nesse aspecto, a título de exemplo, pode ser comparado o grau de diversificação entre a economia brasileira e chilena. O Brasil possui uma estrutura produtiva e um parque industrial significativamente diversificado, produzindo de palitos de fósforo a aviões. Além disso, é a 7ª economia do mundo e possui uma das maiores populações mundiais. Já o Chile concentra praticamente todas suas exportações no setor primário, ainda que tenha um setor de

serviços moderno, como o de comunicações e o setor financeiro. Além disso, é um país pequeno tanto em termos de PIB quanto em população (BASTOS e DWECK, 2014).

As disparidades no desenvolvimento das estruturas produtivas dos países sul-americanos impacta fortemente na natureza do comércio intrarregional gerando significativos desequilíbrios comerciais, especialmente entre o Brasil e os demais países sul-americanos, intensifica a desconfiança destes últimos em relação ao primeiro, além de abrir espaço para a atuação dos Estados Unidos na região (COUTO, 2010, p. 39). No que diz respeito ao crescimento das importações e exportações brasileiras na América do Sul, ambas apresentam taxas de crescimento relevantes pelo menos desde 2002, em termos de valor. Em 2002, as exportações brasileiras para a região eram de 7,49 bilhões de dólares, enquanto que, em 2008, após uma constante de crescimento, este valor chegou a 38,35 bilhões de dólares. As importações, que, em 2002, representavam 7,63 bilhões de dólares, atingiram 24,14 bilhões de dólares em 2008, também com crescimento constante por todo o período. Em termos proporcionais, entretanto, as importações brasileiras da América do Sul tem decaído em relação ao conjunto de importações do país (COUTO, 2012, p. 33).

Por fim, a ausência de políticas de desenvolvimento regional que possam gerar certa convergência econômica e estímulos financeiros a cadeias produtivas também se configura como uma dificuldade para maiores avanços de uma integração capaz de criar um centro de decisão econômico endógeno, impactando especialmente o MERCOSUL (MURGI, 2013, p. 69). Tendo em vista a natureza e a dimensão das disparidades sociais e econômicas dos países sul-americanos, a integração produtiva pode ser vista como um fator – junto com os mecanismos institucionais já criados como o FOCEM, a IRSA e o Banco do Sul – para promover uma maior equidade nos retornos da integração para o conjunto dos países por meio da redução gradual das assimetrias entre si.

No entanto, na América do Sul apenas o setor automotivo e o setor de cosméticos lograram construir políticas coordenadas de integração de suas cadeias produtivas. As principais dificuldades para maiores avanços nesse sentido são a infraestrutura precária na maior parte da região, o sistema tributário complexo, oneroso e burocrático e, dependendo do país, a inflação. Somados, estes elementos geram altos custos de capital para novos investimentos (IPEA, 2014). A dificuldade de formar cadeias de formação de valor também se assenta na predominância dos produtos primários na pauta de exportação dos países, especialmente os do Cone Sul (IPEA, 2014).

5 CONCLUSÃO

A nova fase da expansão do sistema capitalista dá novos contornos à economia-mundo, mas mantém a essência do sistema de divisão internacional do trabalho como sua principal característica. As mudanças advindas da globalização reforçaram a posição relativa dos países da periferia e semiperiferia do sistema como produtores de matérias-primas por novas formas de dependência das economias centrais, especialmente devido à questão tecnológica. Diante de uma conjuntura de crise econômico-financeira internacional, as distâncias entre a periferia, a semiperiferia e o centro do sistema são aumentadas, tendo em vista a fragilidade maior das economias periféricas em relação ao capital financeiro, que atua de forma altamente desestabilizadora destas economias.

Diante desse cenário, a integração autônoma e antissistêmica da região se consolida ainda mais como a possibilidade de romper com as relações de dependência em relação às economias centrais, que constroem o desenvolvimento dos países e da região, bem como de modificar a condição de fragilidade do subcontinente e de seus Estados no sistema interestatal. Para isto se concretizar, contudo, é preciso um esforço conjunto dos Estados sul-americanos num sentido de superar os entraves que se colocam à efetivação deste projeto de integração.

A construção de uma coesão social nos países da região é fundamental, especialmente nos líderes do processo integrativo autônomo, pois a pesquisa feita para o desenvolvimento desse trabalho apontou para a confirmação da hipótese primária. A ausência de coesão social nos países sul-americanos e na região se constitui como o principal entrave à integração autônoma e antissistêmica. A construção de uma coesão social advém de um conjunto de fatores que, no caso sul-americano, pressupõe a superação de outros obstáculos que também se colocam dificultando o avanço do processo integrativo do subcontinente. Para tanto é preciso uma atuação coordenada dos países em nível doméstico e em nível regional. No âmbito doméstico, são necessárias:

- a) A promoção de políticas de redução das desigualdades sociais;
- b) A promoção de políticas de reconhecimento da diversidade sociocultural, enfrentando as discriminações raciais, de gênero e regionais que ainda se perpetuam nos países sul-americanos;
- c) O alargamento da democracia num sentido amplo e criando mecanismos de participação direta nas decisões dos Estados, tendo em vista envolver o conjunto dos membros da sociedade na construção do projeto regional.

Essas iniciativas visam a construir um sentimento de pertencimento no conjunto das sociedades e contribuir para a formação de uma identidade coletiva, dois elementos necessários à consolidação de coesão social interna. Tendo em vista transpor essa coesão para o âmbito sul-americano, além das iniciativas especificamente regionais, é importante a criação de mecanismos que possibilitem a apropriação da política externa dos países por parte do conjunto de suas populações. A criação de Conselhos de Política Externa pode ser um primeiro passo nesse sentido. A nível regional, é preciso uma atuação do Mercosul no sentido de fortalecer as iniciativas que visam à redução das assimetrias sociais e econômicas entre os países do subcontinente e promover políticas que garantam a equidade na distribuição dos benefícios da integração econômica. Esses fatores são fundamentais para a criação de consenso entre os países, impactando positivamente as condições de governança das instituições regionais. Além disso, visam construir um imaginário sul-americano nas sociedades e nos tomadores de decisão em política externa dos países da região. A partir disso poderá se construir uma coesão social na América do Sul.

Além das iniciativas mencionadas, o envolvimento das elites econômicas dos países, especialmente das burguesias produtivas nacionais, na estratégia de desenvolvimento, é importante para o cumprimento da ética social, outra base para a constituição de coesão social. É preciso que principalmente as elites econômicas brasileiras corroborem com o processo de integração autônoma, se dispondo a pagar os custos econômicos de curto prazo do mesmo. Além disso, é importante a promoção de uma ligação entre as burguesias produtivas destes países para frear o impulso extrarregional mais forte dos países do lado do Pacífico, constituindo-se as bases para a formação de uma burguesia sul-americana que se oriente num sentido de fortalecer a estratégia de integração produtiva para adquirir a capacidade de se autoproduzir.

No entanto, é importante registrar que a formação de uma coesão social não garante por si a efetivação da integração autônoma e antissistêmica na região, pois são vários os determinantes desta e estes interagem de diversas formas. Nesse sentido, ressalta-se que a constituição desse projeto de integração da América do Sul depende de uma efetiva atuação do Mercosul no sentido de consolidar uma integração produtiva. Para isso, é preciso criar uma base industrial, tecnológica e produtiva comum. Somente assim será possível mudar o conteúdo tecnológico e agregar valor à produção da região, bem como criar um novo centro de decisão econômico no subcontinente. Além disso, é necessário criar uma conjugação e engajamento do Mercosul com os países da Aliança do Pacífico, para que se possa diminuir o caráter disruptivo da mesma para o processo de integração sul-americano. Politicamente, o fortalecimento da UNASUL como locus de resolução de conflitos políticos pode gerar

a base para a aproximação real entre as elites políticas e econômicas dos países do lado atlântico e do pacífico do subcontinente.

A partir da concretização destas iniciativas estarão lançadas as bases para superação da inserção sul-americana na divisão internacional do trabalho enquanto exportadores de matérias-primas. Além disso, com estas novas bases instituídas na região, a Unasul poderá fortalecer sua atuação internacional, contribuir para a criação de um novo padrão de inserção dos países sul-americanos no sistema interestatal e consolidar a América do Sul como uma área livre da influência desestabilizadora de potências extrarregionais, especialmente dos Estados Unidos.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz. (Des)Construção da Identidade Latino-Americana: Heranças do Passado e Desafios Futuros. **Revista Intercâmbio dos Congresso de Humanidades**, [2006?] Disponível em: <<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/231/427.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2014.
- BASTOS, Carlos Pinkusfeld; DWECK, Esther. **Crescimento do Brasil e da América do Sul: comparando desiguais como iguais**. 24 Outubro. 2014. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/brasil-debate/crescimento-do-brasil-e-da-america-do-sul-comparando-desiguais-como-iguais>> Acesso em: 10 nov. 2014.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Esquerda nacional e empresários na América Latina, **Lua Nova**, São Paulo, p. 83-100, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a05n70.pdf>> Acesso em: 05 nov. 2014.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Burocracia Pública na Construção do Brasil**. Junho. 2008. Disponível em: < <http://www.bresserpereira.org.br/Books/Livro-BurocraciaConstru%E7%E3oBrasil.6.pdf>> Acesso em: 05 nov. 2014.
- CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CANO, W. **América Latina: integração virtuosa ou subordinada?** [2004?]. Disponível em: <<https://www.flacso.org.ec/biblio/catalog/resGet.php?resId=23213>> Acesso em: 10 nov. 2014.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- CEPAL. **Coesão Social - Inclusão e Sentido de Pertencer na América Latina e no Caribe**. Síntese. Santiago: Nações Unidas, 2007.
- CORNETET, João Marcelo Conte. **Identidade e Integração Regional: Reflexões Teóricas e Sugestões para o Caso Sul-Americano**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40279/000827680.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09 nov. 2014.
- FARIA, Luiz Augusto Estrella. **A Chave do Tamanho: desenvolvimento econômico e perspectivas do MERCOSUL**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia, 1970.
- FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1978.

GENRO, Tarso. **A Crise Atual e o Futuro da Democracia como Ideia Socialista**. Julho. 2014. Disponível em: <<http://tarsogenro.com.br/a-crise-atual-e-o-futuro-da-democracia-como-ideia-socialista-2/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

GINESTA, J. **El Mercosur y su contexto regional e internacional**: uma introdución. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

GUERRA, François-Xavier. Las mutaciones de La identidad em La América Hispánica. In: DUSEK, Antonio Annino Von; GUERRA, François-Xavier (coord.). **Inventando la nación**: Iberoamericana siglo XXI, p. 185-220, 2003.

MATTEI, Lauro; JÚNIOR, José Aldoril dos Santos. Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma Análise Histórica Comparada. **Revista de Economia**, v. 35, n. 1 (ano 33), p. 93-115, jan./abril 2009. Editora UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/economia/article/view/17054/11249> Acesso em: 25 nov. 2014.

MURGI, Rafael. **A evolução do processo de integração sul-americana**: avanços conquistados e dificuldades recentes. Conjuntura Internacional, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 63-73, 2º sem. 2013.

MOISÉS, José Álvaro. **Diversidade Cultural e Desenvolvimento nas Américas**. Texto preparado por solicitação do Programa de Cultura da Organização dos Estados Americanos – OEA, 2012. . Disponível em: < www.oas.org/udse/documentos/moises.doc> Acesso em: 05 nov. 2014

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Ana Carolina de; SALGADO, Rodrigo Souza. Modelos **de Integração na América do Sul**: do MERCOSUL à UNASUL. Abril. 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100011&script=sci_arttext> Acesso em: 10 nov. 2014.

PALACIOS, Paulo César León. La industrialización colombiana: una visión heterodoxa. **Innovar**, Jul 2002, vol.12, no. 20, p.83-100. ISSN 0121-5051. Disponível em:<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-505120020002000006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2014.

PALMA, J. Gabriel. Chile 1914-1935: De Economía Exportadora a Sustitutiva de Importaciones. **Coleccion Estudios Cieplan**, No 12 Estudio No 81, Marzo de 1984, pp. 61-88. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0012878.pdf>> Acesso em: 25 nov. 2014.

PARISI, Pedro. **Os Desafios da Integração da América do Sul**. 23 Junho. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3024:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 09 nov. 2014.

TRINDADE, Hégio (Org). **América Latina**: eleições e governabilidade democrática. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1991.

SARAIVA, Renato; HERRLEIN JR., Ronaldo. Os mecanismos da dependência: uma análise das relações Brasil-Estados Unidos (1930-1964). **Texto para Discussão**/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, n. 07/2014. Disponível em:<http://www.ufrgs.br/fce/wordpress/wp-content/uploads/2013/05/TD07_saraiva_herrleinjr.pdf>. Acesso em 20 nov. 2014.

VELOSO, Mariza. **O poder da cultura na integração sul-americana**. Abril. 2011. Disponível em:<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100033&script=sci_artt ext>. Acesso em: 05 nov. 2014.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil de Vargas a Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Brasil, o Mercosul e a integração da América do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Vol. 1, nº 1, Ago-Dez. 2007. Disponível em:<<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/viewFile/1489/1114>> Acesso em: 02 nov. 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World Systems Analysis: An Introduction**. London: Duke University Press, 2006.